

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.602 - BA (2018/0330841-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : EDSON CARDOSO DA SILVA**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MOREIRA - BA005656**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUXÍLIO-DOENÇA. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que negou seguimento ao seu recurso especial, em razão da aplicação da inteligência da Súmula 7/STJ.

Em sua minuta de agravo, sustenta o agravante que a análise da demanda não ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Em contraminuta ao agravo em recurso especial, sustenta-se a manutenção da decisão agravada.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA NÃO ACOLHIDA. PROVA PERICIAL QUE ATESTA A INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA PARA AS ATIVIDADES LABORAIS HABITUAIS ENTRE A DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO EM JUÍZO INCOMPETENTE. ADMISSÃO. APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. CORROBORAÇÃO POR OUTRAS PROVAS EXISTENTES NOS AUTOS. BENEFÍCIO DEVIDO. APELO IMPROVIDO.

Em suas razões de recurso especial, o INSS alega ofensa ao artigo 59 da Lei 8.213/1991, uma vez que foi deferido judicialmente o benefício de incapacitada sem a realização de perícia judicial.

Em contrarrazões ao recurso especial, o agravado sustenta a manutenção do acórdão vergastado.

Noticiam os autos que Edson Cardoso da Silva ajuizou ação previdenciária, objetivando a concessão de benefício por incapacidade.

A sentença julgou o pedido procedente.

O INSS apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

A Autarquia federal opôs embargos de declaração, rejeitados.

É o relatório, decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "*aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A controvérsia gira em torno do preenchimento dos requisitos para a concessão de um benefício por incapacidade.

Acerca da questão, o Tribunal *a quo* manteve a sentença de procedência, sob o entendimento de que foram comprovados o nexo de causalidade entre o trabalho habitual e a lesão incapacitante, conforme se depreende do seguinte trecho dos autos, *in verbis*:

Cinge-se o apelo à alegação de nulidade da sentença *a quo*, que à vista da documentação acostada aos autos, em especial a perícia médica realizada em 06/03/2009, reputou existente o quadro de incapacidade laborativa parcial e definitiva para as atividades habituais do apelado.

Examinando o que dos autos consta, verifica-se que a sentença vergastada não merece qualquer reparo, porquanto inexistente a nulidade aventada, bem como demonstrada que a parte encontrava-se parcial e definitivamente incapacitada para o trabalho à época da cessação do benefício previdenciário.

Com efeito, consoante se observa da sentença de fls. 91/98, o Juízo *a quo* fundamentou o seu *decisum* não apenas na perícia judicial realizada em 06/03/2009, mas também em outros elementos probatórios constantes dos autos, inclusive no reconhecimento pelo próprio INSS da existência de nexo causal entre a doença do apelado e a sua atividade laboral, senão vejamos:

No caso em testilha restou demonstrado a existência de nexo etiológico entre a lesão e a atividade da parte autora, conforme documentos de fls. 09/10 e 82/88, inclusive a emissão de CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho fls. 86/87) pelo empregador, datada de 03.04.2006 onde foi apontado que o requerente apresentou lesão em tornozelo após esforço e torção, sendo o diagnóstico TENDINOPATIA TORNOZELO ESQ C1D M65.8.

**Ademais, o próprio INSS reconheceu a existência de nexo causal entre a afecção e a atividade laboral da parte autora, uma vez que concedeu auxílio-doença acidentário ao requerente, na esfera administrativa, com início de vigência a partir de 21/03/2006 (fl. 82), tendo, inclusive, deferido o pedido de prorrogação do benefício até 30/09/2007, o que sugere a gravidade da enfermidade a que foi acometido, bem como as limitações por ela impostas." (fl. 94)**

[...]

Percebe-se, dessarte, que o laudo pericial, juntamente com os demais documentos acostados aos autos, conduziram o MM. Juiz de primeiro grau corretamente às conclusões alcançadas, reconhecendo-se que o indeferimento administrativo do benefício de auxílio-doença por acidente de trabalho pelo INSS, cujo recurso administrativo foi julgado em 24/10/2008 (fl. 21), não foi a melhor medida a ser adotada.

Com efeito, no contexto firmado pelo acórdão recorrido, a pretensão recursal encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. NÃO COMPROVAÇÃO. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem, com base no conjunto fático-probatório dos autos, assentou que não foi comprovada a perda da capacidade laborativa decorrente de LER/DORT. Prova técnica que categoricamente afasta a existência de lesão incapacitante.

2. Rever tal entendimento implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.721.680/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 23/5/2018)

Outrossim, consoante orientação do STJ, o Juiz é o destinatário das provas, cumprindo-lhe valorar sua necessidade, em observância ao princípio do livre convencimento motivado, o que no caso concreto foi feito.

Por oportuno, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTAMENTO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STF. INDEFERIMENTO DE PROVAS DESNECESSÁRIAS. POSSIBILIDADE. [...]

2. Outrossim, o acolhimento da pretensão recursal demanda o reexame do contexto fático-probatório, mormente de extrato da Dataprev, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Finalmente, no que diz respeito à alegação de violação aos arts. 370, 355 e 464, I, do NCPC, registre-se que ao juiz, na condição de destinatário da prova, cabe dirigir a instrução probatória e determinar a produção das provas que considerar necessárias à formação do seu convencimento, não existindo razão para, no caso, reformar a decisão que negou a realização de nova prova pericial.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e nessa extensão não provido. (REsp 1.685.657/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 11/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ACIDENTE DO TRABALHO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. REQUISITOS DO BENEFÍCIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A questão a ser revisitada gira em torno da verificação da ocorrência de cerceamento de defesa e do reconhecimento de existência de acidente do

trabalho e consequente concessão de benefício acidentário.

2. No que toca ao cerceamento de defesa, o Tribunal a quo, amparado na sentença, consignou que o pedido de realização de nova prova pericial foi indeferido, porque o laudo pericial existente nos autos foi considerado claro e objetivo. E, após a análise do conjunto probatório, julgou desnecessária a prova oral. Deveras, é o Juiz o destinatário das provas e afirmando-se convencido, tem a faculdade de indeferir motivadamente a produção de prova.

3. Outrossim, quanto ao reconhecimento dos requisitos para concessão de benefício por incapacidade em decorrência do acidente do trabalho, o Tribunal a quo foi firme ao asseverar que, no caso, não ficou comprovada a incapacidade ou redução da capacidade de trabalho, ainda que temporária. No contexto traçado pelo Tribunal a quo, o agravante, após ter sofrido o acidente do trabalho, sofreu lesões que não se consolidaram e por isso não geraram incapacidade laborativa. A pretensão aqui encontra mesmo óbice na Súmula 7/STJ e, por conseguinte, a análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.070.518/ES, Segunda Turma, de minha Relatoria, DJe 25/9/2017)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. CONCLUSÃO DA CORTE DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO BASEADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. É de se destacar que o juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, e está autorizado a concluir pela incapacidade laborativa fundado no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto.

2. Contudo, a conclusão pela ausência de incapacidade laboral que pudesse ensejar o recebimento do benefício pleiteado foi baseada na análise de documentos acostados aos autos, e sua alteração demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.561.770/PB, Segunda Turma, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 27/4/2017)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Quanto ao ônus da sucumbência recursal, em observância ao art. 85 do CPC/2015 c/c Enunciado Administrativo 7/STJ, majoro honorários de advogado recursais para o percentual de 16% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

